



# AGENDA REGULATÓRIA

2015-2016



PLANEJAMENTO  
**ESTRATÉGICO**  
Conectando a Anatel ao futuro



# ÍNDICE

	Introdução	5
<b>1</b>	Elaborar posicionamento da Anatel para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no Marco Civil da Internet	7
<b>2</b>	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações	8
<b>3</b>	Revisão dos Contratos de Concessão da Telefonia Fixa	9
<b>4</b>	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações	10
<b>5</b>	Proposta de Revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização da Telefonia Fixa	11
<b>6</b>	Reavaliação da regulamentação sobre acessibilidade	12
<b>7</b>	Reavaliação da regulamentação de obrigação de universalização	13
<b>8</b>	Reavaliação da regulamentação de Telefonia Pública (orelhão)	14
<b>9</b>	Reavaliação dos procedimentos de acompanhamento e controle de obrigações	15
<b>10</b>	Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações	16
<b>11</b>	Reavaliação da regulamentação de pesquisa da qualidade percebida e da satisfação dos usuários de serviços de telecomunicações	17
<b>12</b>	Reavaliação da regulamentação sobre interrupções	18
<b>13</b>	Reavaliação do modelo de gestão de espectro	19
<b>14</b>	Reavaliação da regulamentação de uso de espectro	20
<b>15</b>	Reavaliação da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado	21

<b>16</b>	Reavaliação da regulamentação da Telefonia Fixa_ _ _ _ _	22
	Reavaliação de critérios para isenção de outorga de serviços _ _ _ _ _	23
<b>17</b>	Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de	
<b>18</b>	telecomunicações _ _ _ _ _	24
<b>19</b>	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis _ _ _ _ _	25
<b>20</b>	Reavaliação da regulamentação sobre interconexão _ _ _ _ _	26
<b>21</b>	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes de telecomunicações _ _	27
<b>22</b>	Reavaliação da regulamentação do Plano Geral de Contas _ _ _ _ _	28
<b>23</b>	Reavaliação da regulamentação sobre a metodologia do fator X _ _ _ _ _	29
<b>24</b>	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes _ _ _ _ _	30
<b>25</b>	Elaboração da regulamentação sobre homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado _ _ _ _ _	31
<b>26</b>	Desenvolver requisitos técnicos para a certificação de terminais fixos para verificar o suporte ao protocolo IPv6 _ _ _ _ _	32
<b>27</b>	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações_ _ _ _ _	33
<b>28</b>	Reavaliação da regulamentação sobre exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência _ _ _ _ _	34
<b>29</b>	Avaliação da regulamentação sobre acompanhamento de infraestruturas críticas e mitigação de desastres _ _ _ _ _	35
<b>30</b>	Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações_ _ _ _ _	36
<b>31</b>	Reavaliação do modelo de tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte _ _ _ _	37



# INTRODUÇÃO

A Agenda Regulatória é um instrumento de gestão que confere maior publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência para o processo de regulação, possibilitando o acompanhamento pela sociedade de compromissos pré-estabelecidos.

A Agenda aprovada pela Anatel para o ciclo 2015-2016 é o primeiro documento desta espécie elaborado pela Agência no âmbito da implementação de uma gestão estratégica, em que as ações regulatórias propostas estão integralmente alinhadas ao Plano Estratégico da Anatel.

A Agenda Regulatória contém as normatizações e estudos que terão sua execução priorizada pela Agência. Sua elaboração permite um melhor direcionamento dos trabalhos internos com vistas a resultados externos, facilitando o planejamento, a coordenação e o controle das diversas ações necessárias à efetivação de cada um de seus itens e à obtenção dos resultados, e sua divulgação promove a máxima transparência às atividades regulatórias.

Nesse contexto, a Agenda Regulatória para o período 2015-2016 detalha as 31 ações regulatórias a serem executadas pela Anatel entre o início do segundo semestre de 2015 e o fim do segundo semestre de 2016, definidas com base nas iniciativas integrantes do Plano Estratégico para a Anatel no período 2015-2024, com previsão temporal de etapas importantes, como Análise de Impacto Regulatório (AIR), consulta pública e aprovação final. Cada item também expressa

seu grau de correlação com os quatro objetivos e resultado estabelecidos no Plano Estratégico da Anatel.

As ações relacionadas neste documento serão objeto de acompanhamento trimestral pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR).

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 1

## Elaborar posicionamento da Anatel para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no Marco Civil da Internet

No Brasil, o conceito de neutralidade de rede foi estabelecido legalmente no Marco Civil da Internet – MCI (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), o qual determina que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

O MCI também prevê que a discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada pelo Presidente da República, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações. Esta ação regulatória visa construir o posicionamento da Anatel para subsidiar a referida regulamentação.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

1

Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

ALTA

2

Estimular a competição e a sustentabilidade do setor

ALTA

3

Promover a satisfação dos consumidores

ALTA

4

Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 2

### Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações

Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |   |   |                       |       |
|---|---|-----------------------|-------|
| 1 | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 2 | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 3 | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> | MÉDIA |
| 4 | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> | BAIXA |

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR (1)

(1) O processo de Análise de Impacto Regulatório poderá envolver consulta prévia à sociedade para tomada de subsídios e estabelecimento de diretrizes sobre o tema em estudo

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 3

### Revisão dos Contratos de Concessão da telefonia fixa

Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), anexos à Resolução nº 552, de 10 de dezembro de 2010, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 31 de dezembro de 2015 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |   |   |                             |
|---|---|-----------------------------|
| 1 | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input type="radio"/> MÉDIA |
| 2 | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input type="radio"/> MÉDIA |
| 3 | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> MÉDIA |
| 4 | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> BAIXA |

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL (2)

(2) O Conselho Diretor decidiu prorrogar, por meio do Circuito Deliberativo nº 02412, de dezembro de 2015, o prazo quinquenal de revisão dos Contratos e Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU do STFC, 31 de dezembro de 2015 para 30 de abril de 2016.



# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 4

### Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações, atualmente regido pela Resolução nº 274, de 5 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |   |   |                             |
|---|---|-----------------------------|
| 1 | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input type="radio"/> ALTA  |
| 2 | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input type="radio"/> ALTA  |
| 3 | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> MÉDIA |
| 4 | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> BAIXA |

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 5

### Proposta de Revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização da telefonia fixa

Revisão das metas do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que as metas atuais poderão ser alteradas, entre outras datas, em 31 de dezembro de 2015 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |          |   |  |
|----------|---|--|
| <b>1</b> | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>2</b> | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input checked="" type="radio"/> MÉDIA |
| <b>3</b> | Promover a satisfação dos consumidores  | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>4</b> | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input checked="" type="radio"/> BAIXA |

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL (2)

(2) O Conselho Diretor decidiu prorrogar, por meio do Circuito Deliberativo nº 02412, de dezembro de 2015, o prazo quinquenal de revisão dos Contratos e Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU do STFC, 31 de dezembro de 2015 para 30 de abril de 2016.

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 6

### Reavaliação da regulamentação sobre acessibilidade

Elaboração de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações (RGA), visando estabelecer regras para propiciar às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e informação, no intuito de incorporar os preceitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

1

Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

ALTA

2

Estimular a competição e a sustentabilidade do setor

BAIXA

3

Promover a satisfação dos consumidores

ALTA

4

Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

CONSULTA PÚBLICA

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 7

### Reavaliação da regulamentação de obrigação de universalização

Reavaliação da regulamentação que trata das obrigações de universalização em razão do novo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU).

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

MÉDIA

ALTA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO AIR E CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 8

### Reavaliação da regulamentação de Telefones de Uso Público (orelhão)

Reavaliação da regulamentação sobre os Telefones de Uso Público (TUPs), atualmente regido pela Resolução nº 638, de 26 de junho de 2014, no que diz respeito à disponibilidade destes acessos coletivos.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |          |   |  |
|----------|---|--|
| <b>1</b> | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>2</b> | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input checked="" type="radio"/> MÉDIA |
| <b>3</b> | Promover a satisfação dos consumidores  | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>4</b> | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input checked="" type="radio"/> BAIXA |

2º SEMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AIR

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 9

### Reavaliação dos procedimentos de acompanhamento e controle de obrigações

Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 do Regimento Interno.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

MÉDIA

MÉDIA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

2º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR

CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 10

### Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações

Reavaliação do arcabouço normativo afeto à qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à Anatel e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |   |   |                       |       |
|---|---|-----------------------|-------|
| 1 | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 2 | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input type="radio"/> | MÉDIA |
| 3 | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 4 | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> | MÉDIA |

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR (1)

(1) Quando o número 1 aparecer entre parêntesis, isso indica que o processo de Análise de Impacto Regulatório poderá envolver consulta prévia à sociedade para tomada de subsídios e estabelecimento de diretrizes sobre o tema em estudo

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 11

## Reavaliação da regulamentação de pesquisa da qualidade percebida e da satisfação dos usuários de serviços de telecomunicações

Reavaliação da regulamentação afeta à realização de pesquisas junto aos usuários de serviços de telecomunicações para aferir o grau de satisfação e da qualidade percebida, buscando atualizar os normativos existentes, bem como convergir as regras que regem tais pesquisas para os diversos serviços de telecomunicações.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |          |   |  |
|----------|---|--|
| <b>1</b> | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>2</b> | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input checked="" type="radio"/> MÉDIA |
| <b>3</b> | Promover a satisfação dos consumidores  | <input checked="" type="radio"/> ALTA  |
| <b>4</b> | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input checked="" type="radio"/> MÉDIA |

2º SEMESTRE - 2015

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 12

## Reavaliação da regulamentação sobre interrupções

Reavaliação do arcabouço normativo sobre interrupções na prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, visando principalmente estabelecer regramentos claros no que diz respeito à caracterização das interrupções, bem como sobre as obrigações de informação aos usuários e de ressarcimento dos valores pagos proporcionalmente ao tempo de indisponibilidade de tais serviços.

Avaliar a possibilidade de estabelecer regras convergentes nestes aspectos para os diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo de maior apelo junto à sociedade.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

1

Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

ALTA

2

Estimular a competição e a sustentabilidade do setor

BAIXA

3

Promover a satisfação dos consumidores

ALTA

4

Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 13

## Reavaliação do modelo de gestão de espectro

Reavaliação do atual modelo brasileiro de gestão do espectro de radiofrequências considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais no que diz respeito ao planejamento do espectro, ao monitoramento de seu uso eficiente, às formas de autorização e custos relacionados, às práticas de compartilhamento, às políticas econômicas e de desenvolvimento industrial e tecnológico, entre outros.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

ALTA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR (1)

(1) O processo de Análise de Impacto Regulatório poderá envolver consulta prévia à sociedade para tomada de subsídios e estabelecimento de diretrizes sobre o tema em estudo

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 14

## Reavaliação da regulamentação de uso de espectro

Reavaliação da regulamentação que rege o uso do espectro de radiofrequências, atualmente estabelecida pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, especialmente no que tange aos seguintes aspectos: (i) exploração industrial de radiofrequências; (ii) prazo para o início da exploração efetiva da radiofrequência; (iii) outorga de direito de uso de radiofrequência em caráter secundário para outros agentes que não os autorizados em caráter primário; (iv) harmonização de conceitos; (v) preço a ser cobrado pela outorga do direito de explorar serviço de telecomunicações adicional nos casos de multidesignação de faixa; (vi) outros aprimoramentos na regulamentação.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

ALTA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 15

### Reavaliação da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado

Reavaliação do arcabouço normativo estabelecido para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, especialmente no que diz respeito ao tratamento isonômico a ser dispensado pelos prestadores deste serviço no carregamento dos canais obrigatórios, conforme disposto no artigo 52 da referida regulamentação, principalmente para as tecnologias de distribuição que utilizam meios satelitais. Busca avaliar também o procedimento para dispensa do carregamento de tais canais em virtude de limitação técnica, o procedimento de outorga e transferência deste serviço e os regramentos sobre a acessibilidade de tal serviço aos portadores de algum tipo de deficiência.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

ALTA

BAIXA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 16

## Reavaliação da regulamentação da telefonia fixa

Reavaliação da regulamentação sobre o procedimento de outorga em regime privado e acompanhamento das transferências de autorização e controle do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), atualmente regida pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001.

### CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

ALTA

BAIXA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 17

### Reavaliação de critérios para isenção de outorga de serviços

Estabelecimento de critérios para definição dos casos que independem de outorga para a exploração de serviço de telecomunicações em regime privado, conforme previsto no §2º do artigo 131 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), visando a simplificação do procedimento de outorga, bem como a minimização dos custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores, mas garantindo, por outro lado, a identificação e a rastreabilidade dos diversos agentes prestadores de serviços de telecomunicações, outorgados ou não pela Agência.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |          |   |                                       |
|----------|---|---------------------------------------|
| <b>1</b> | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input checked="" type="radio"/> ALTA |
| <b>2</b> | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input checked="" type="radio"/> ALTA |
| <b>3</b> | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> MÉDIA           |
| <b>4</b> | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> BAIXA           |

2º SEMESTRE - 2015

CONSULTA PÚBLICA

1º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 18

### Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de telecomunicações

Reavaliação dos atuais procedimentos de outorga para exploração de serviços de telecomunicações, bem como de licenciamento de estações, considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais. Busca-se avaliar o impacto de tais procedimentos burocráticos na prestação dos serviços, especialmente no que diz respeito ao tempo e aos custos até a entrada em operação, bem como o estabelecimento de barreiras à entrada e, conseqüentemente, de menores níveis de competição nestes mercados. Visa, também, simplificar os processos e, assim, minimizar os custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores de serviços de telecomunicações, principalmente nos casos de uso compartilhado das estações por mais de um prestador ou para mais de um serviço de Telecomunicações.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

1

Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados

ALTA

2

Estimular a competição e a sustentabilidade do setor

ALTA

3

Promover a satisfação dos consumidores

MÉDIA

4

Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

● RELATÓRIO DE AIR (1)

(1) o processo de Análise de Impacto Regulatório poderá envolver consulta prévia à sociedade para tomada de subsídios e estabelecimento de diretrizes sobre o tema em estudo

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 19

## Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis

Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.

### CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

MÉDIA

MÉDIA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR E CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 20

### Reavaliação da regulamentação sobre interconexão

Reavaliação do arcabouço normativo afeto à interconexão de redes no intuito de minimizar a existência de conflitos, relacionados principalmente à inadimplência dos valores devidos a título de remuneração pelo uso de redes, ao uso fraudulento desta interconexão e à oferta de trânsito e transporte. Além disso, há que se reavaliar outros aspectos da regulamentação, especialmente no que diz respeito à sua atualidade tecnológica e à modernização dos procedimentos administrativos ali previstos. (e à remuneração pelo uso de redes)

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

ALTA

MÉDIA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AIR

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL



# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 21

### Reavaliação da regulamentação de numeração de redes de telecomunicações

Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

MÉDIA

BAIXA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

● RELATÓRIO DE AIR

## 22

### Reavaliação da regulamentação do Plano Geral de Contas

Reavaliação do Plano Geral para Separação e Alocação de Contas (PGSAC) previsto no Apêndice C do Regulamento de Separação e Alocação de Contas, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, considerando as características dos diversos modelos de custos previstos na Resolução nº 639, de 1º de julho de 2014.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

ALTA

BAIXA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AÍR

2º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 23

### Reavaliação da regulamentação sobre a metodologia do fator X

Reavaliação da metodologia sobre cálculo do Fator de Transferência X - mecanismo redutor das tarifas - aplicado nos reajustes do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC), atualmente determinada pela Resolução nº 507, de 16 de julho de 2008.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

BAIXA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AIR

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 24

### Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes

Revisão dos mercados relevantes e das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução n.º 600, de 8 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2.º do artigo 13 daquele Plano.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

MÉDIA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AIR

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 25

### Elaboração da regulamentação sobre homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado

Estabelecimento de procedimentos para a homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado (ORPAs) previstas no Plano Geral de Metas de Competição, especialmente no que diz respeito à análise de replicabilidade de preço, prazo e qualidade das ofertas de varejo de grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) nos mercados de atacado pelos grupos sem PMS nos mesmos mercados de atacado, bem como sobre a atuação da Agência nos casos de não apresentação ou atualização destas ORPAs, adesão dos grupos sem PMS às condições das novas ORPAs, entre outros.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

MÉDIA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

2º SEMESTRE - 2016

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 26

Desenvolver requisitos técnicos para a certificação de terminais fixos para verificar o suporte ao protocolo IPv6

Estabelecimento dos requisitos para a certificação de terminais fixos no intuito de garantir que suporte o Protocolo de Internet em sua versão 6 (IPv6), de maneira a garantir, juntamente com a implantação deste protocolo nas redes de telecomunicações, recursos de numeração suficientes para suprir o crescimento destas redes.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

MÉDIA

BAIXA

BAIXA

SOR

2º SEMESTRE - 2015

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 27

## Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações

Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de produtos para telecomunicações, atualmente regidos pela Resolução n.º 242, de 30 de novembro de 2000, visando atualizar as regras e os procedimentos gerais a tais temas.

### CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

MÉDIA

BAIXA

BAIXA

1º SEMESTRE - 2016

RELATÓRIO DE AIR

2º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 28

### Reavaliação da regulamentação sobre exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência

Reavaliação da regulamentação que trata da exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência, em especial a Resolução nº 303, de 2 de julho de 2002, com vistas à sua adequação à Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que estabeleceu novas competências à Anatel e introduziu novas exigências de medição às prestadoras de serviços de telecomunicações.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

BAIXA

BAIXA

MÉDIA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

RELATÓRIO DE AIR

1º SEMESTRE - 2016

CONSULTA PÚBLICA

# AÇÕES REGULATÓRIAS

## 29

### Avaliação da regulamentação sobre acompanhamento de infraestruturas críticas e mitigação de desastres

Estabelecimento de medidas relativas ao gerenciamento do risco das redes e serviços de telecomunicações e de preparação e resposta a serem tomadas na ocorrência de desastres, situações de emergência e estado de calamidade pública.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

MÉDIA

BAIXA

MÉDIA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

APROVAÇÃO FINAL

# AÇÕES REGULATÓRIAS

# 30

## Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações

Edital de Licitação para autorização de sobras de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou outros serviços para as quais estejam destinadas, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada.

### CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- 3 Promover a satisfação dos consumidores
- 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

ALTA

ALTA

ALTA

BAIXA

2º SEMESTRE - 2015

CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO FINAL

## 31

### Reavaliação do modelo de tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte

Avaliação da viabilidade de unificação do conceito de Prestadora de Pequeno Porte no âmbito da regulamentação expedida pela Agência, abrangendo possível proposta de definição única ou de conceitos para fins de distribuição de competências entre Conselho Diretor e Superintendência de Competição quanto ao tratamento dos pedidos de anuência prévia relacionados no Regimento Interno da Anatel. Abrange ainda a viabilidade de se criar um "estatuto da Prestadora de Pequeno Porte" que reúna a disciplina regulatória a elas direcionada.

## CORRELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

- |   |   |                       |       |
|---|---|-----------------------|-------|
| 1 | Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 2 | Estimular a competição e a sustentabilidade do setor                                  | <input type="radio"/> | ALTA  |
| 3 | Promover a satisfação dos consumidores  | <input type="radio"/> | MÉDIA |
| 4 | Promover a disseminação de dados e informações setoriais                              | <input type="radio"/> | BAIXA |

2º SEMESTRE - 2016

● RELATÓRIO DE AIR E CONSULTA PÚBLICA